

«E(I)MIGRANTES CABOVERDEANOS: DA INTEGRAÇÃO TARDIA À LUTA PELA CIDADANIA»

«A realização da nossa diáspora é um dos maiores investimentos que Cabo Verde pode e deve fazer»

Hoje, afirmar que a nossa diáspora é parte integrante da Nação Caboverdeana, parece-me ser uma ideia aceite por quase toda a sociedade: pelos emigrantes, pelos caboverdeanos residentes, pelos partidos e pelos governos. O que parece ser diferente é o nível de consciência dessa realidade. Talvez por isso lidamos com ela de forma diversa e divergente. Por esse motivo, torna-se urgentíssimo conhecermos melhor a nossa emigração.

1. Breve balanço da emigração caboverdeana

A nação-diaspora que é Cabo Verde está num processo de transformação.

Embora a emigração caboverdeana seja socio-economicamente diversa e geograficamente repartida por diferentes países, encontramos certas situações predominantes em todos. Se fizermos um pequeno balanço da nossa emigração, encontraremos um quadro com índices que indicam a existência de situações deploráveis, nomeadamente¹:

- em vários países, comunidades inteiras vivendo em situações de segregação espacial, residencial e laboral (o caso português é visivelmente grave);
- uma percentagem significativa dessas comunidades em situação de pobreza crónica geradora de indivíduos insatisfeitos, apáticos e desenraizados (veja-se os caso de S. Tomé e Moçambique);
- um número também significativo de gente trabalhadora, sem nenhuma qualificação profissional, tornada mão-de-obra explorável;
- uma parcela desconhecida de gente em situação de ilegalidade ou clandestinidade, tornando ainda mais frágil o seu precário estatuto de estrangeiro;
- uma situação crescente de uma certa desestruturação familiar resultante de instabilidades socio-economicas e culturais que geram violentos choques e conflitos intergeracionais;
- permanente e acentuado insucesso escolar entre a chamada 2ª geração, particularmente aqueles mergulhados numa pobreza crónica
- uma 2ª geração possuidora de uma “imagem negativa de si própria” e uma “identidade estigmatizada”², vivendo, por isso, um turbulento conflito de identidade cultural que o dificulta bastante em todo o complexo processo de integração;
- comunidades e indivíduos com uma fraca participação política, devido ao desinteresse pela política, mas também ao desconhecimento geral dos mecanismos de participação³.

¹ Para essa caracterização baseia-me em documentos do III congresso de Quadros da Diáspora, realizada em Abril 2002, na Praia e ainda do meu conhecimento da situação em Portugal.

² CARDOSO, Gaudino, “A segunda Geração de imigrantes Cabo-verdianos em Portugal: mudanças e interpenetração cultural”, Emigrason, nº34, I Série, Novembro/94, Cabo Verde.

³ SOUSA, Nardi, “Participação política dos imigrantes Caboverdianos nas últimas eleições autárquicas em Portugal”, Direito e Cidadania, 12/13, Março-Dezembro 2001, Praia.

- poucas experiências de associativismo bem sucedido, abrangendo áreas culturais e cívicas

Apesar dessa tendência, verificam-se, também, algumas situações bem sucedidas e aspectos positivos.

De uma forma geral está-se perante um quadro que reflecte um acentuado desfavorecimento social, um “défice crónico de cidadania”, resultado de uma péssima “integração social” dos imigrantes.

Considerando os mecanismos de mobilidade social existentes nas sociedades industrializadas, alguns investigadores já deram o alerta: para o jovem sociólogo caboverdeano Nardi Sousa, no caso de Portugal, corremos o risco, de ter uma “*geração sacrificada*”⁴. Na análise de um outro sociólogo, a 2ª geração corre o risco de entrar “*num trajecto de marginalização estrutural*”⁵. Neste mesmo país, recentemente, foi concluído um estudo, resultado de um grande inquérito centrado nos jovens filhos dos imigrantes africanos, que indica que “há todas as condições para haver efeitos disruptivos tremendos”⁶

Essas situações são resultados de um processo histórico, social e político que se iniciou com a colonização e que se reproduz, em certa medida, no período pós-colonial, traduzindo-se numa ausência enorme de políticas de emigração, por um lado, e de imigração, por outro. Ou seja, os países de acolhimento, antigas potências colonizadoras, precisavam, e ainda precisam, de mão-de-obra, mas nunca colocaram como preocupação a criação de condições para essa preciosa mão-de-obra que se foi instalando nos seus territórios. Por outro lado, Cabo Verde, enquanto país de emigração não conseguiu agir estrategicamente a tempo para capitalizar e influenciar medidas que favorecessem as suas comunidades emigradas. Nem sequer conseguiu definir, para além de simples apoios pontuais e solidários, uma actuação estratégica junto dessas comunidades, visando potenciar uma melhor integração das mesmas. Faltou conhecimento da situação? Faltou visão do problema? Vontade política? Ou terá faltado uma consciência de nação-díaspóra que somos? Talvez tenha sido um pouco de tudo isso.

Matéria delicada para os países de acolhimento, por um lado, realidade bem distante para a nossa sociedade e os sucessivos governos, os problemas decorrentes da e/imigração foram sendo adiadas. Hoje chegamos à situação de uma inevitável confrontação desconfortável.

2. países de acolhimento: as novas tendências socio-políticas

Passado um longo período de aparente estabilidade social, as questões da emigração emergiram de forma explosiva, sob os mais diversos aspectos. Lá e cá, sociedades e governos são confrontados com uma realidade que não conseguiram “domesticar”.

A acumulação de situações problemáticas criaram, no seio dos emigrantes, manifestações de resistências (auto isolamento, apatia, etc.), insatisfações constantes e a criminalidade juvenil que, cada vez mais, ganha forte visibilidade social. Em reacção, crescem a xenofobia e o racismo, os Estados optam por medidas restritivas e as “leis de tolerância zero” para com os imigrantes ganham adeptos. Ou seja, perante situações humanas complexas e violentas, os Estados dos países de acolhimento optaram também por medidas fáceis e igualmente violentas, como por

⁴ SOUSA, Nardi “*Jovens do Bairro: problemas de ordem pública ou ‘passageiros silenciosos’ do gueto para a prisão*”, Comunicação apresentada no III congresso de quadros da diáspóra, Praia, Abril 2002.

⁵ MACHADO, Fernando, “*Etnicidade em Portugal – aproximação ao caso guineense*”, Lisboa, ISCTÉ, 1991, p.124.

⁶ FELNER, Ricardo Dias, “*Jovens negros rejeitam sociedade Portuguesa*”, Publico, 18/05/02

exemplo, o repatriamento forçado (particularmente dos EUA e de Portugal. Ainda não sabemos qual é o impacto que essa medida poderá trazer para Cabo Verde. O que é mais certo é que estamos atrasados no tratamento correcto a dar ao problema.)

No actual contexto de globalização, o desenvolvimento saudável das comunidades de emigrantes passa por um melhor entendimento e auto-compreensão das sociedades aonde estão inseridas. Nestas, a democracia e cidadania consolidaram-se como mecanismos determinantes na construção da nação, no reforço das comunidades locais e no desenvolvimento do indivíduo. Nessas sociedades, o associativismo imigrante torna-se num meio particular para o reforço identitário e conquista de novos direitos. Cumprindo certos requisitos, essas associações estão melhor posicionadas para serem “escolas de cidadania” para os imigrantes. Efectivamente, as melhores estratégias de integração são aquelas em que os imigrantes são eles próprios os principais protagonistas do processo. Como bem disse um emigrante, numa reflexão autocrítica, «temos de deixar a postura de vítimas. Não só explorar novos horizontes mas conquista-los e usufruir do espaço conquistado»⁷. Porque a integração é um processo dinâmico.

O emigrante precisa compreender a sua situação e traçar a sua própria estratégia de inserção social que inclui a participação social e política, tidos como campos privilegiados para a análise do seu nível de inserção e integração.

Contudo, a participação na vida social exige certas condições. Em certa medida, participar é fazer algo pela sociedade onde se está inserido. Quando isso se verifica, a interacção indivíduo-sociedade é positiva, logo efectua-se uma troca simbólica. Quando acontece o contrário, o indivíduo recusa essa troca, não participando, optando, às vezes, pelo auto-isolamento. Por exemplo, no já referido inquérito sociológico, realizado em Portugal, entre os jovens filhos de imigrantes africanos, constatou-se existirem indicadores de “clivagens sociais” «ligados a uma “elevada insatisfação e frustração” com a vida no seio da sociedade portuguesa» e, mais grave ainda, havendo um forte sentimento de discriminação institucional⁸. Para se superar uma situação social como essa, é necessária actuação de intermediários como as organizações de imigrantes, que não estejam fechadas sobre si e nem pretendem ser um refúgio, mas têm abertura e trabalham em parceria com outras organizações governamentais e civis.

3. CONSOLIDAR A CIDADANIA DO EMIGRANTE

Retomando algumas conclusões do III congresso de Quadros Caboverdeanos da Diáspora e numa reflexão conjunta com o jovem sociólogo Nardi Sousa, proponho algumas **medidas realizáveis e necessárias**:

3.1. O QUE PODEMOS FAZER EM CABO VERDE:

1- Introduzir nos programas escolares, em Cabo verde, unidades temáticas que abordem e retratem sobre a situação da nossa Diáspora (congresso)

2 - **Reforçar a ligação com a diáspora**, através de redes de internet, associações, instituições governamentais, mas sobretudo da sociedade civil. E é bom que os partidos políticos não vêm os imigrantes apenas como fonte de remessas de divisas e eleitorado potencial na altura das eleições, porque senão estão a contribuir para enfraquecer esse processo.

⁷ RAMOS, Guy, “Devaneios da anti-tolerância do poder modelo”, *O Cidadão*, 8/06/02. Praia, ano IV.

⁸ FELNER, Ricardo Dias, “Jovens negros rejeitam sociedade Portuguesa”, *Publico*, 18/05/02

3- Ser assumido politicamente que a questão das novas gerações dos caboverdeanos emigrados é uma questão de interesse nacional, que convém ter um observatório permanente que acompanha este processo, apesar de termos um constrangimento que é a política interna de cada país de acolhimento e as opções políticas internacionais.

4- Passar a dar uma outra **imagem dos emigrantes** em Cabo Verde, vê-los como *fidjus di terra*, e pessoas que passam dificuldades, evitando assim que a nossa juventude crie certos mitos de que terra-longe é terra di sabura e de milagres!

5- O Estado tem de regular (travar?) a emigração, não podemos continuar a mudar as coisas sempre na diáspora (temos de limpar a água na fonte, e não quando ela sai) a emigração já não é solução, a Europa não quer imigrantes e nós perdemos a nossa melhor força produtiva. A emigração tem de ser regulada !

6- Criar condições para que o caboverdeano viva no país e contribua para uma vida mais saudável.

7- proporcionar ao **Instituto das Comunidades** condições para que possa cumprir com os seus objectivos, sobretudo nos países mais vulneráveis, como os casos de S. Tomé e Moçambique (proposta do congresso). A este propósito, Luiz Silva, um reconhecido emigrante CV em França, escreveu em 1999 que «*Cabo Verde não poderá ser país livre enquanto não resgatar os seus filhos dispersos, principalmente aqueles que ainda se encontram condenados nas roças de S Tomé e Príncipe (...) trata-se da condição existencial de milhares de crianças, de jovens e de adultos que exige uma manifestação da nossa consciência como nação e como povo de emigrantes*»⁹.

8. Instituir um **Conselho das Comunidades** como um órgão consultivo junto do governo de Cabo Verde.

3.2. O QUE É QUE PODEMOS FAZER NA DIÁSPORA:

1- Fomentar e criar unidade entre os imigrantes, incentivando a criação de associações de maior abrangência (Federação, por ex). Simultaneamente apostar na formação técnica e de um espírito democrático dos dirigentes associativos, preparando-os para uma boa gestão dessas organizações, que pode estimular para um maior engajamento social.

2- Hoje, existem muitos financiamentos por parte da União Europeia, (sobretudo o Programa Operacional de Emprego, Formação e Desenvolvimento Pessoal (POEFDS) que vai até 2006) que financiam projectos de formação profissional para os jovens desfavorecidos. As associações de e/imigrantes precisam ter estratégias realistas e eficazes. Frequentemente, tem acontecido, os jovens não saberem o que fazer da formação tida, porque não existe uma plataforma de empregos. Isso é um desperdício enorme que gera desconfianças quanto às verdadeiras intenções dos promotores dessas formações.

3- Existe uma noção de **cidadania 'assistencialista'**, criou-se uma “filosofia de pedintes”, ou seja, as associações esperam do governo e depois distribuem aos jovens; não há parceria, não se libertam as forças produtivas da sociedade civil. É uma 'democracia conformista e passiva', permitindo que, muitas vezes, as associações negoceiam com as entidades públicas sem consultar o público-alvo, sem um diagnóstico prévio.

⁹ jornal Terra Nova, nº 272, Junho /99.

4- Existe negociação, intervenção por parte das associações, mas não existe o fundamental numa democracia que é a reivindicação, manifestação, contestação quando as coisas não estão bem. Certas associações, porque não têm uma estratégia própria, bloqueiam toda a perspectiva de mobilidade social aos imigrantes. Tem faltado ética profissional, o que tem originado uma certa crise associativa, que fez com que perdessem crédito. Nesse sentido, é preciso ideias novas, projectos novos e urgentes, uma renovação para se resgatar a via associativa. Apostar na gestão mais transparente das associações.

5- **Combater a criminalização das nossas gerações.** As sociedades ocidentais estão a atravessar um período terrível de crise de valores. Não são sociedades abertas para todos. Os emigrantes estão a pagar a reforma dos idosos europeus. Porém, muitos não têm acesso a esta benesse. O Estado agride emocionalmente o imigrante como forma de impedi-lo de manifestar pelos seus direitos.

6- É preciso **investir na educação, formação e informação. Reforçar a identidade cultural** dos nossos patrícios. É na cultura que existe o gérmen da mudança. Isso pode ser feito através de séries de programas educativos (internet, rádio, TV), elaborados conjuntamente com especialistas e emigrantes com largas experiências.

7- **Trabalhar a espiritualidade da nossa gente.** É mais importante fazermos esse trabalho do que ter um segundo passaporte. *A cidadania formal é boa, mas trabalhar a auto-estima, o amor próprio, a solidariedade, o desenvolvimento pessoal (autoconhecimento) é um caminho irreversível, e é aí que conseguiremos formar um novo cidadão: autodidacta e filósofo, por que faz e pensa, deixa de ser assistencialista .*

Orlando de Borja
Comunicação apresentada na Praia
a 31 de Julho de 2002.
Versão adaptada.